OBSERVADOR RURAL
Nº 171
Novembro 2026

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO SECTOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE

Yara Nova

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não-periódica acedível em Publicações/*OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente a investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR, e pode incluir trabalhos para publicação propostos por cidadãos externos ao OMR, nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural, nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO SECTOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE

Yara Nova[1]

RESUMO

O texto analisa a evolução da cooperação internacional no âmbito de ajuda externa para o desenvolvimento no sector agrícola em Moçambique, com particular enfoque no período pós-guerra civil e nas transformações que marcaram as modalidades, os actores e seus impactos. Partindo de uma abordagem metodológica mista, que articula a análise quantitativa de dados da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o trabalho de campo de carácter exploratório e qualitativo realizado em quatro distritos na região do Delta do Zambeze.

Os resultados evidenciam um padrão persistente de dependência externa e fragmentação das intervenções, caracterizado pela proliferação de projectos isolados e pela limitada apropriação local. Embora a agricultura se tenha mantido como um dos sectores mais apoiados pela ajuda internacional, os investimentos realizados nem sempre se traduziram em ganhos estruturais de produtividade ou em fortalecimento sustentável das capacidades institucionais.

O estudo ilustra estas dinâmicas, revelando como grandes investimentos em irrigação, mecanização e infra-estruturas coexistem com desigualdades territoriais, fragilidades institucionais e impactos limitados sobre a segurança alimentar e os meios de vida rurais. O artigo conclui que, mais do que o volume da ajuda, são a coerência institucional, a liderança do Estado e a integração efectiva dos agricultores e das comunidades locais que determinam a sustentabilidade e a eficácia da cooperação no sector agrícola. Assim, defende-se a necessidade de repensar a configuração da cooperação internacional em Moçambique, privilegiando modelos que reforcem capacidades nacionais, promovam governação participativa e alinhem as intervenções com prioridades definidas internamente.

Palavras-chave: Cooperação para o desenvolvimento; Agricultura; Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD); Ajuda externa, Desenvolvimento Rural.

[1] Yara Nova, pesquisadora independente e doutoranda em Political Studies pela Witwatersrand University, Johannesburg. Mestre em Economia e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa. Licenciada em Economia pela Universidade Politécnica de Maputo.

1. INTRODUÇÃO

A cooperação internacional no âmbito da ajuda externa para o desenvolvimento tem desempenhado um papel importante nas trajectórias económicas e políticas de um número significativo de países africanos (Kragelund, 2015; Fentahun, 2023). Em contextos marcados por fragilidades estruturais, choques externos recorrentes e capacidades estatais limitadas, a ajuda externa foi frequentemente apresentada como um instrumento indispensável para promover a reconstrução, reduzir a pobreza e estimular o crescimento económico (Moyo, 2010).

No entanto, apesar da sua relevância financeira e técnica, nas últimas décadas tem sido objecto de debate, á medida que a crescente entrada de ajuda externa para financiamento de projectos de desenvolvimento, com o discurso de redução da pobreza, paradoxalmente, parece não contribuir para os resultados pretendidos na pobreza e nem sempre produz transformações estruturais duradoura (Bebbington, 2005; Mitlin *et al.,* 2007, Moyo, 2010). A crítica contemporânea à ajuda externa questiona, não apenas os seus resultados, mas também os seus modos de intervenção, a fragmentação institucional que gera e as relações de poder que estabelece entre doadores, Estados e populações locais (Hodges & Tibana, 2004; Killick *et al*, 2005; Castel-Branco, 2011).

É neste contexto que se inscreve o caso moçambicano. Desde o fim da guerra civil, Moçambique tornou-se um dos principais receptores de Ajuda ao Desenvolvimento em África (The World Bank Group, 2023), com níveis elevados de dependência externa a moldarem de forma significativa o desenho e a implementação das políticas públicas. Embora este apoio tenha sido crucial para estabilizar o país e financiar a provisão de bens públicos essenciais, também contribuiu para a reprodução de dinâmicas de dependência, para a dispersão de iniciativas e para a dificuldade em consolidar um projecto nacional coerente de desenvolvimento (Hodges & Tibana, 2004).

A agricultura ocupa um lugar estratégico neste debate, dada a sua posição central na economia de Moçambique, contribuindo para o emprego, segurança alimentar e geração de rendimento para a maioria da população, principalmente rural (Caixote *et al.,* 2023; INE, 2023). Apesar deste papel central, o desempenho agrícola tem permanecido limitado, caracterizado por baixos níveis de produtividade, elevada vulnerabilidade climática e fraca integração em cadeias de valor (Mosca, 2015). Estas fragilidades tornaram o sector um alvo privilegiado da cooperação internacional, que tem canalizado volumes significativos de recursos para iniciativas de modernização técnica e fortalecimento institucional.

Apesar da diversidade de iniciativas e do volume significativo de recursos mobilizados, os resultados alcançados no terreno permanecem ambíguos. Avaliações recentes, incluindo de grandes financiadores multilaterais, como o World Bank, reconhecem a ausência de evidências consistentes de ganhos sustentados de produtividade agrícola, bem como limitações na inclusão social e na redução das desigualdades (World Bank, 2023). Paralelamente, estudos críticos e evidências empíricas apontam para problemas

recorrentes de fragmentação, fraca coordenação, apropriação limitada por parte das comunidades e desalinhamento entre prioridades nacionais e agendas externas.

Neste contexto, torna-se fundamental analisar de forma crítica a evolução da cooperação internacional no sector agrícola em Moçambique, questionando as formas como tem contribuído no sector agrário. Ao articular a análise dos fluxos de ajuda com evidências recolhidas no terreno, o estudo procura contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que moldam a agricultura moçambicana, destacando os limites e potencialidades da cooperação enquanto instrumento de desenvolvimento do país.

O estudo adopta uma abordagem metodológica mista, integrando análise quantitativa da Ajuda ao Desenvolvimento agrícola com evidência qualitativa recolhida no terreno. Esta combinação permite não apenas identificar tendências estruturais nos fluxos de financiamento, mas também compreender como as dinâmicas de implementação que ocorrem ao nível local.

2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Cooperação e políticas agrárias em Moçambique; do período pós-independência à actualidade

O período de reforma que se seguiu à independência de Moçambique redefiniu de forma significativa a relação do país com a ajuda externa. À medida que o país avançava na reorganização política, económica, social e institucional, a cooperação internacional foi assumindo um papel progressivamente central nas estratégias nacionais de desenvolvimento (Graham, 1993). Esse processo de crescente integração da ajuda externa na agenda pública contribuiu para que, já no final da década de 1990, o país figurasse entre os mais dependentes deste tipo de financiamento (Chichava *et al.,* 2013).

A literatura identifica três grandes fases na evolução da ajuda externa em Moçambique, cada uma marcada por objectivos, instrumentos e modalidades de intervenção distintos. A primeira fase estende-se do pós-independência até meados da década de 1980 e caracteriza-se pelo predomínio da cooperação técnica, do fornecimento de equipamentos e do reforço institucional. A segunda fase, que decorre entre meados dos anos 1980 e a assinatura do Acordo Geral de Paz, é definida pela adopção do Programa de Reabilitação Económica (PRE), orientado para mitigar a crise económica, apoiar o esforço de pacificação e expandir a ajuda humanitária. A terceira fase, iniciada após 1992 e prolongando-se até ao presente, corresponde ao período em que a ajuda se concentrou na estabilização macroeconómica, na desmobilização dos exércitos, no retorno de refugiados, na assistência humanitária e nas políticas de combate à pobreza. Nesta última fase a abrangência sectorial expandiu-se para a saúde, educação, infra-estruturas, transportes, agricultura e áreas de governação (Mosca, 2005; Castel-Branco, 2005; Mosca, 2011).

Entre os sectores prioritários da cooperação, a agricultura destacou-se de forma particular. No período logo após a independência, Moçambique enfrentou uma escassez aguda de quadros qualificados, resultado directo do êxodo de centenas de portugueses na sequência das nacionalizações, o que afectou profundamente a capacidade do Estado e a continuidade da produção agrícola, sobretudo a produção de escala comercial. Para suprir esta lacuna, o país contou com o apoio dos chamados cooperantes", técnicos estrangeiros integrados em múltiplas áreas da administração pública (Nipassa, 2009; Adam *et al.,* 1991).

Foi neste contexto que emergiu a cooperação nórdica. Deste interesse resultou o programa *Mozambique Nordic Agricultural Programme* (MONAP), concebido como um conjunto de projectos articulados destinados a apoiar o desenvolvimento agrícola nacional por meio de financiamento nórdico e assistência técnica. Mais do que um simples fundo, o MONAP foi pensado como um instrumento flexível para responder às necessidades urgentes do Ministério da Agricultura, assumindo um papel relevante, ainda que nem sempre plenamente concretizado[2], na formação das políticas agrárias moçambicanas (Adam *et al.*, 1991).

Ao longo das suas diferentes fases, o MONAP reconfigurou gradualmente o foco da intervenção agrícola. O MONAP I concentrou-se no sector comercial estatal; o MONAP II dirigiu-se às cooperativas e ao sector familiar; e o MONAP III consolidou a aposta no reforço institucional do Ministério da Agricultura, para apoiar o sector familiar (Adam *et al.,* 1991). Da orientação socialista que moldava o contexto político e institucional inicial, houve uma evolução, não apenas uma mudança nas prioridades dos doadores, mas também a forma como as suas intervenções, que, em certa medida, redefiniram as direcções fundamentais da política agrícola moçambicana.

Entre o início e meados da década de 1980, a economia mundial enfrentou uma crise profunda desencadeada pelas sucessivas alterações nos preços do petróleo e pelas elevadas taxas de juro internacionais (Strurm *et al.,* 2008). Os países altamente endividados, como Moçambique, foram particularmente afectados por este choque externo (Abreu, 1999). Paralelamente, o país já vivia uma conjuntura interna extremamente difícil: (1) a guerra civil prolongada; (2) a recorrência de calamidades naturais; e (3) a queda acentuada da produção interna, agravaram de forma dramática a crise económica, situação que se tornou ainda mais crítica com a redução da assistência proveniente da União Soviética (Matsimbe, 2023).

No contexto da grave crise económica e do esgotamento das alternativas internas, o governo moçambicano recorreu às instituições de Bretton Woods em busca de apoio financeiro, dando início a negociações com o Banco Mundial a partir de 1984 e, posteriormente, com o FMI. Estas negociações culminaram na implementação do

[2] No pico da guerra civil, muitas das actividades deste programa não foram possíveis de serem implementadas na integra e a produção foi severamente afectada a medida que a guerra se escalava (Adam *et al.,* 1991).

Programa de Reabilitação Económica (PRE), que marcou a transição de uma economia centralmente planificada para um modelo orientado pelo mercado, impondo uma redução significativa da intervenção directa do Estado e a redefinição do seu papel para funções predominantemente reguladoras, e a adopção de um conjunto de medidas, incluindo a privatização de empresas estatais (Mosca, 2005; Oppenheimer, 2006).

Embora apresentado como uma estratégia de estabilização e crescimento, o PRE acabou por consolidar uma dependência estrutural de Moçambique em relação a agências externas e a subordinação das políticas nacionais a agendas de doadores internacionais. Tal como referido por autores, como Mosca (1999), o PRE acabou por facilitar a abertura política e a entrada de grandes quantidades de ajuda, principalmente da alimentar e de organizações não governamentais (ONGs).

> *"Os líderes moçambicanos foram obrigados a ceder uma influência substancial sobre os arranjos políticos internos e as escolhas políticas a agências externas, a fim de manter o fluxo de ajuda e evitar o colapso económico"* (Plank, 1993).

Abrahamsson & Nilsson (1994), na sua análise sobre este processo de transição, referem que a entrada massiva de ajuda, particularmente a alimentar, teve efeitos profundos no desenvolvimento do sector agrícola moçambicano. Os mesmos argumentam que, embora o país enfrentasse uma emergência humanitária (guerra, seca e colapso produtivo), existiam algumas regiões relativamente menos afectadas que continuavam a gerar excedentes agrícolas. Contudo, esses excedentes raramente eram transferidos às zonas mais vulneráveis, em grande parte porque os doadores internacionais limitaram o governo de utilizar fundos de ajuda para adquirir alimentos localmente e/ou para realizar compras no mercado internacional segundo as prioridades nacionais. Para estes autores, essas restrições não as caracterizavam como neutras, porque reflectiam interesses estratégicos e agrícolas dos próprios doadores, que preferiam canalizar para Moçambique os seus excedentes subvencionados, utilizando a ajuda alimentar como instrumento de política externa, e reforçando, simultaneamente, os sistemas de apoio às suas agriculturas domésticas.

Como resultado, verificou-se uma inundação no mercado nacional de alimentos importados a preços baixos, distorcidos pelas subvenções praticadas nas economias industrializadas, num momento em que o país era pressionado, no âmbito do Ajustamento Estrutural, a liberalizar mercados, eliminar subsídios internos e expor os pequenos produtores à concorrência externa (De Renzio e Hanlon, 2007). Essa combinação diminuiu a competitividade da produção nacional, atrasou a recuperação das economias rurais e aprofundou a vulnerabilidade dos camponeses[3]. Paralelamente,

[3] Autores, como Bowen (1992), referem que as reformas económicas e políticas no âmbito do Ajustamento Estrutural, acabaram por reconfigurar significativamente a capacidade do Estado de adoptar e implementar políticas públicas principalmente no sector Agrícola. Baseando-se nos princípios económicos, a autora argumenta que as medidas promovidas pelo Banco Mundial e o FMI baseavam-se na teoria da escolha racional, mas acabaram por induzir a liberalização dos preços agrícolas e a aposta em culturas de

a distribuição gratuita e pouco criteriosa de ajuda alimentar, frequentemente imposta por alguns doadores, mesmo em zonas onde parte da população possuía poder de compra, acabou por intensificar desigualdades e fomentar mercados paralelos, permitindo que alguns beneficiários revendessem os produtos e acumulassem ganhos, enquanto se criavam dependências e se alteravam hábitos alimentares locais (Abrahamsson & Nilsson, 1994).

Assim, embora tenha sido crucial para evitar uma catástrofe humanitária, a ajuda de emergência acabou por tornar-se um obstáculo estrutural ao desenvolvimento agrícola. Como argumentam De Renzio e Hanlon (2007), a adopção acelerada do modelo de economia de mercado enfraqueceu a capacidade do Estado moçambicano de formular e implementar um projecto nacional coerente e alinhado com prioridades definidas internamente. A proliferação de mais de uma centena de projectos financiados por doadores, cada um com as suas próprias agendas e prioridades, minou a coordenação nacional e reforçou a dependência externa. Um exemplo disso é o Programa de Distritos Prioritários (PDP) (Bowen, 1992), concebido como uma tentativa de orientar a reabilitação rural e recuperar a centralidade do Estado. Contudo, a sua implementação permaneceu condicionada à lógica dos financiadores, levantando dúvidas sobre a apropriação local e a sustentabilidade das intervenções. Mesmo iniciativas que procuraram romper com essa dependência, como a Agenda 2025, tiveram impacto limitado na orientação efectiva das políticas públicas, revelando tensões persistentes entre necessidades nacionais e agendas externas (De Renzio e Hanlon, 2007). Essa dinâmica de condicionamento é ilustrada de forma incisiva pela declaração de um funcionário norte-americano citada por Abrahamsson e Nilsson (1994: 110): "*a nossa ajuda alimentar é política*", evidenciando o carácter intrinsecamente estratégico da cooperação internacional e o modo como esta frequentemente ultrapassa o domínio técnico para influenciar decisões de natureza profundamente política.

rendimento, como o algodão e a castanha de caju, onde os preços são determinados nos mercados externos. Consequentemente, reproduziram-se as lógicas de produção que historicamente penalizaram os camponeses, ao mesmo tempo que se ignoraram as preferências locais, limitações de mão-de-obra e riscos climáticos. Assim, essas medidas, ao invés de estimularem os produtores, tiveram efeitos contrários, como: o crescimento inicial da produção não teve continuidade, os termos de troca deterioraram-se e a maioria dos camponeses não beneficiou das reformas, foram ignoradas as questões de desigualdades estruturais no campo e desconsiderou-se o peso da guerra, da pobreza e das limitações de infra estrutura no comportamento dos pequenos agricultores. Com a retracção do Estado no âmbito do ajustamento fiscal e a fuga de quadros para agências internacionais, instituições-chave, como o sistema de extensão rural, as direcções distritais e os serviços de apoio à produção, foram enfraquecidos. Esse processo culminou com uma abertura a uma presença crescente de ONGs estrangeiras que, embora tenham apoiado alguns agricultores, frequentemente contornaram estruturas estatais e contribuíram para fragmentar, ainda mais, o desenho e a implementação das políticas agrícolas. Essas dinâmicas reforçam a crítica existente de que parte da cooperação internacional, sob uma retórica de apoio ao desenvolvimento, acabou por limitar a capacidade decisória nacional e introduzir formas subtis de tutela política.

A aprovação da Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI), em 1995 conduziu à criação do PROAGRI I e II, apresentados como solução para a fragmentação extrema da ajuda no sector agrícola (Mole & Popat, 2024). No entanto, tal como ocorrera com a ajuda alimentar e outras formas de assistência externa, o programa acabou por reproduzir as mesmas tensões estruturais que procurava resolver. Como observam Cabral *et al.* (2007), o PROAGRI emergiu num contexto de capacidades estatais corroídas por uma década de reformas liberalizadoras e desinvestimento público, o que o tornou excessivamente dependente das prioridades e lógicas operacionais dos doadores.

Apesar do volume significativo de financiamento, o impacto efectivo do programa foi limitado. Killick *et al.* (2005) apontam que o PROAGRI pouco contribuiu para o desenvolvimento de capacidades agrícolas ou para a melhoria dos serviços públicos, em grande medida porque a fragmentação dos doadores persistiu sob novas formas, reforçando nichos institucionais e práticas rentistas. Acresce que a ênfase desproporcionada no "fortalecimento institucional", em detrimento do apoio ao sector produtivo, bem como atrasos na implementação e desequilíbrios orçamentais (Beula, 2020), revelaram um programa que, embora tecnicamente moderno, permaneceu politicamente frágil e estruturalmente desalinhado das prioridades nacionais.

Nos anos 2000, a forma de intervenção da cooperação internacional começou a transformar-se. As iniciativas de coordenação entre doadores perderam gradualmente espaço, em parte devido às dificuldades em demonstrar resultados concretos no terreno. Ao mesmo tempo, o Governo adoptou uma postura mais crítica face à ajuda externa, enquanto novos parceiros, como a China e o Brasil, passaram a ganhar relevância, introduzindo abordagens alternativas de cooperação no campo do desenvolvimento agrícola (Chichava *et al.,* 2013). Este contexto marca aquilo que alguns autores descrevem como um período "além da ajuda", caracterizado pela crescente centralidade do investimento privado e pela perda relativa de protagonismo das agências tradicionais de assistência (Scoones *et al.,* 2016).

Embora o Brasil e a China utilizem a cooperação como instrumento de política externa e como via de abertura de oportunidades económicas, enquadrada no discurso de *win-win*, as suas abordagens diferem nas ênfases. No caso do brasil, a chamada "diplomacia solidária" tende a privilegiar ganhos políticos e simbólicos, sendo mais ambígua a fronteira entre cooperação técnica e interesses comerciais. Além disso, no interior do próprio Estado brasileiro coexistem visões divergentes: uma, que defende uma cooperação essencialmente técnica, e outra, que a concebe como porta de entrada para futuros investimentos (Scoones *et al.,* 2016). A China, por sua vez, articula um discurso mais linear e consistente, onde os objectivos comerciais são explicitamente integrados como parte constitutiva de uma estratégia considerada eficaz e sustentável (Chichava *et al.,* 2013). Em ambos os casos, os modelos agrícolas promovidos em Moçambique são legitimados a partir das respectivas trajectórias de desenvolvimento, que combinam forte intervenção estatal e investimento privado, embora os processos e resultados das

transformações agrícolas nesses países tenham sido substancialmente distintos (Chichava *et al.*, 2013).

É neste ambiente político-institucional que, em 2009, emerge o ProSavana, programa emblemático inspirado na modernização agro-industrial brasileira (Zanella & Milhorance, 2016). Concebido como uma iniciativa de investimento público-privado para transformar a agricultura no corredor de Nacala, o programa rapidamente se tornou alvo de críticas, sendo considerado por vários autores como a política/programa de desenvolvimento mais contestada em Moçambique no período pós-independência (Monjane & Bruna, 2028; Monjane, 2016).

Na perspectiva das elites políticas moçambicanas, por seu lado, encontram-se afinidades com os modelos chinês e brasileiro, sobretudo no que diz respeito à centralidade atribuída à modernização tecnológica como chave para o aumento da produtividade agrícola. O Estado moçambicano vê estes países como fontes estratégicas de capital, tecnologia e conhecimento aplicado, elementos percebidos como insuficientemente disponibilizados pelos doadores tradicionais do Norte. Contudo, essa narrativa modernizadora é contestada por organizações da sociedade civil e meios de comunicação nacionais, que alertam para o risco de as parcerias com China e Brasil se traduzirem em benefícios limitados para os pequenos produtores e reforçarem relações assimétricas de poder no campo agrícola (Chichava *et al.*, 2013).

No entanto, as intervenções no sector agrícola, no âmbito mais amplo da cooperação Sul–Sul, são orientadas por interesses privados e por alianças entre sectores público e privado, enquanto as políticas de desenvolvimento são, cada vez mais, moldadas por compromissos associados à acumulação de capital e ao crescimento económico, frequentemente com efeitos ambíguos ou regressivos no combate à pobreza (Mawdsley, 2015). Este processo manifesta-se na promoção de modelos de agricultura comercial e nos discursos sobre "mercados pró-pobres", que procuram integrar pequenos agricultores em cadeias de valor dominadas por grandes fornecedores de insumos. Ainda assim, o papel do Estado neste cenário não se fortalece de forma substancial: permanece limitado, sobretudo à função de corrigir falhas de mercado e garantir condições institucionais favoráveis ao investimento (Amanor & Chichava, 2016).

2.2. Teoria da dependência à luz da ajuda externa

A teoria da dependência emergiu na década de 1960 como uma resposta crítica às abordagens neoclássicas de crescimento e desenvolvimento económico e às teorias de modernização, que afirmavam existir um único caminho a seguir para o alcance do desenvolvimento e atribuíam o subdesenvolvimento das sociedades periféricas (países menos desenvolvidos) como sendo resultante de factores internos e de "insuficiências culturais" (Mahoney & Rodríguez-Franco, 2016).

Mas foram os pensadores latino-americanos, como Raul Prebisch, Cardoso Furtado, Theotonio dos Santos (1960 - 1970), entre outros, que argumentaram que o atraso económico dos países menos desenvolvidos não deriva da falta de modernização doméstica, mas, sim, do modo como estas economias periféricas foram incorporadas historicamente na economia capitalista global. Na mesma perspectiva, Andre Gunder Frank, na sua tese do "desenvolvimento do subdesenvolvimento", argumentou que a acumulação no centro resulta da sistemática transferência de excedentes das periferias, processo favorecido por termos de troca desiguais e por estruturas internas de classe alinhadas com interesses externos (Dietz, 1980; Love, 1990).

Este enquadramento destacou que a expansão do capitalismo tende a reproduzir desigualdades estruturais, produzindo, simultaneamente, riqueza nos países centrais e pobreza nas periferias, dinâmica observável também a níveis regionais e subnacionais (Friedmann & Wayne, 1977). A teoria mostrou ainda que elites internas podem actuar como intermediárias na reprodução da dependência, beneficiando de vínculos ao capital internacional, enquanto restringem a transformação económica doméstica (Friedmann & Wayne, 1977).

Entretanto, apesar da capacidade analítica e do poder descritivo da teoria da dependência, e a evidência dos mecanismos históricos de dependência e exploração, a teoria enfrentou críticas significativas. Autores marxistas argumentaram que a teoria se baseia na crítica da lógica capitalista às relações de mercado e ao comércio externo (Dietz, 1980), enquanto outros apontaram que tende a sobrevalorizar os condicionamentos externos, negligenciando a articulação entre dinâmicas domésticas e internacionais (Mahoney & Rodríguez-Franco, 2016).

Este debate centra-se directamente nas críticas dirigidas aos modelos de desenvolvimento baseados na injecção de capital externo, em particular da ajuda internacional. Apesar de uma vasta literatura que destaca os potenciais efeitos positivos da ajuda externa, diversos autores, como Milton Friedman (1958), Peter Bauer (1972), Bellikoth Ragunath Shenoy (1974), William Easterly e David Roodman (2004), argumentam que o volume de capital transferido, por si só, não garante crescimento económico, nem desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, pode gerar riscos económicos e políticos, incluindo a promoção da dependência externa, a expansão de burocracias estatais pouco eficazes, a perpetuação de padrões de má governação e o reforço das elites políticas e económicas nos países receptores (Radelet *et al.,* 2006).

Estas limitações tornam-se particularmente evidentes quando se considera a diversidade das condições estruturais nos países receptores. Como sublinha Mikesell (1968), a escassez de capital não é o único obstáculo ao desenvolvimento dos países pobres. Outros factores, como atraso tecnológico, fragilidade institucional, políticas públicas inadequadas, obstáculos socioculturais e a sobrecarga do sector primário, constituem constrangimentos estruturais que não podem ser superados apenas através da injecção de recursos financeiros externos (Pankaj, 2005).

Para vários autores, a centralidade da ajuda externa como fonte de financiamento do Estado, sobretudo a longo prazo, levanta questões críticas relacionadas com a dependência, a soberania do Estado, o princípio de *ownership*, a democracia e a governação (Lensink & White, 1999; Quartapelle, 2011; Castel-Branco, 2011; Flentø & Simão, 2020). No caso moçambicano, estas preocupações são particularmente relevantes. Mosca *et al.* (2024), ao construírem um Índice de Dependência Externa (IDEx), concluem que Moçambique apresenta uma dependência estrutural marcada, resultante sobretudo das suas relações económicas externas, incluindo o investimento directo estrangeiro, outros influxos de capital, a balança comercial e a ajuda externa destinada ao financiamento do Orçamento do Estado ou de projectos específicos. Esta dependência é agravada por choques climáticos, crises económicas, internas e externas, e conflitos, configurando um contexto de vulnerabilidade permanente.

Segundo os autores, esse padrão tende a auto-reproduzir-se num círculo vicioso, no qual os interesses económicos internos e a própria economia nacional sustentam mecanismos de extroversão e externalização, ancorados na financeirização do capital externo e em modelos extractivistas com benefícios limitados para a economia nacional e para a maioria da população. Assim, a teoria da dependência, articulada com as críticas contemporâneas à ajuda externa, continua a oferecer um quadro analítico pertinente para compreender os dilemas do desenvolvimento em contextos marcados por inserção fortemente subordinada na economia global.

O caso de Moçambique ilustra de forma clara estas dinâmicas. Vários estudos evidenciam que a dependência do país é multidimensional e estrutural, abrangendo finanças públicas, agenda política, desenho institucional, sociedade civil e até a cultura administrativa (Castel-Branco 2010a; Castel-Branco *et al.*, 2005; De Renzio & Hanlon, 2007; Hodges & Tibana, 2005). Segundo Castel-Branco (2011), esta dependência resulta da combinação de instituições frágeis, políticas públicas fragmentadas e a influência cumulativa dos paradigmas do *Washington Consensus* e do post-Washington Consensus, aliados a interesses de investidores externos e elites económicas nacionais próximas do poder. Neste cenário, as políticas tornam-se defensivas e reactivas, ajustando-se mais às pressões dos doadores e do sector privado do que a uma visão estratégica doméstica.

As relações de poder que estruturam o vínculo doador–Estado reflectem, assim, uma lógica de principal–agente profundamente desigual. Face a isto, a estratégia de *ownership* do governo moçambicano oscila entre dois objectivos contraditórios: garantir a continuidade dos fluxos de ajuda e, simultaneamente, tentar reduzir a influência dos doadores (Castel-Branco, 2011). A contradição é inerente a um contexto em que a margem de manobra estatal é limitada pelo peso político e financeiro da assistência externa.

A literatura mostra ainda que, desde o fim da guerra, Moçambique tornou-se um dos maiores receptores de APD, tendo beneficiado do alívio da dívida, através das iniciativas dos Países Pobres Altamente Endividados (Grupo Moçambicano da Divida, 2006). No entanto, esta dependência prolongada contribuiu para enfraquecer mecanismos internos de supervisão e participação, deslocando o centro de negociação política para a relação entre Estado e doadores externos (De Renzio & Hanlon, 2007). Paralelamente, a ascensão do sector extractivo desde meados dos anos 2000, com a exploração do carvão, gás natural e megaprojectos energéticos, não alterou substancialmente este panorama. Políticas de forte incentivo fiscal e regimes jurídicos favoráveis ao investimento estrangeiro (Bolnick, 2009; Cunguara, 2012) resultaram numa captura das rendas de recursos e no fortalecimento de grupos económicos domésticos com capacidade para bloquear reformas que ameacem o *statu quo* (Niño & Le Billon, 2014).

Embora estes autores argumentem que este padrão de dependência pode fragilizar a autoridade e legitimidade do Estado, importa reconhecer, como Jones & Tarp (2016), que não existe evidência sistemática de que a ajuda externa prejudique necessariamente o desenvolvimento institucional. O impacto da ajuda depende, em grande medida, do modo como é estruturada, das relações de poder que a enquadram e da capacidade interna dos Estados para a integrar em estratégias nacionais de longo prazo.

Em síntese, o percurso da cooperação internacional em Moçambique, particularmente no sector agrícola, evidencia continuidades estruturais marcadas pela centralidade da ajuda externa, pela fragmentação das intervenções e pela persistência de relações assimétricas de poder entre o Estado e os seus parceiros externos. À luz da teoria da dependência e das críticas contemporâneas à ajuda externa, estas dinâmicas não podem ser compreendidas como meramente conjunturais ou técnicas, mas, antes, como expressão de formas históricas de inserção subordinada na economia política global, que condicionam a definição de políticas, a alocação de recursos e os próprios modelos de desenvolvimento promovidos. Este enquadramento teórico orienta, assim, a análise empírica que se segue, permitindo interpretar os fluxos de Official Development Assistance (ODA) para a agricultura e as intervenções implementadas nas últimas décadas, com particular enfoque nos casos de Quelimane, Nicoadala, Mopeia e Marromeu, como manifestações concretas desses padrões estruturais, bem como das suas implicações para a governação, coordenação institucional e sustentabilidade do desenvolvimento agrícola a nível local.

3. METODOLOGIA

O estudo adopta uma abordagem metodológica mista, combinando análise documental, investigação exploratória e análise de dados quantitativos, com o objectivo de compreender as dinâmicas da cooperação internacional no sector agrícola em Moçambique. A opção por uma metodologia mista justifica-se pela complexidade do fenómeno em análise, marcado pela coexistência de múltiplos actores, modalidades de financiamento, instrumentos de política e arranjos institucionais. Esta combinação

metodológica permite, por um lado, identificar padrões estruturais na alocação da Official Development Assistance (ODA) - Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e, por outro, captar os processos, práticas e percepções que moldam a implementação das intervenções no terreno.

O desenho da pesquisa segue uma lógica exploratório-analítica, estruturada em duas componentes complementares: (1) análise quantitativa dos fluxos de APD para o sector da agricultura; e (2) um trabalho de campo qualitativo de carácter exploratório na Província da Zambézia. A articulação entre estas duas dimensões possibilita uma leitura integrada dos volumes, orientações e modalidades da cooperação, bem como dos seus efeitos concretos e experiências locais.

A selecção dos locais de estudo foi orientada pela necessidade de observar, num mesmo espaço territorial, a sobreposição de diferentes formas de intervenção associadas à cooperação internacional. Foram inicialmente escolhidos os distritos da cidade de Quelimane, Nicoadala, Mopeia e Marromeu, localizados no Delta do Zambeze, uma região historicamente marcada por investimentos agrícolas públicos e privados, e por forte presença da ajuda externa. A viagem exploratória teve lugar na última semana de Março de 2024 e permitiu aferir a pertinência dos distritos seleccionados, bem como ajustar os focos analíticos do trabalho de campo.

A componente quantitativa do estudo baseia-se na análise de dados oficiais da OECD relativos à Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à agricultura em Moçambique. Foram utilizados exclusivamente dados referentes a valores efectivamente desembolsados, excluindo compromissos, de modo a garantir maior precisão analítica. A análise cobre o período de 1995 a 2023 (para os indicadores que foi possível recolher nas bases de dados oficiais da OECD) e centra-se, especificamente, no sector agrícola, excluindo áreas do conceito mais alargado do sector agrário, como florestas e pescas, conforme a classificação original da base de dados. As principais variáveis analisadas incluem: (1) fluxos totais de APD e APD para o sector agrícola; (2) taxas de crescimento anual da ajuda; (3) modalidades de financiamento; e (5) distribuição interna da APD por componente, tais como política agrícola, desenvolvimento agrícola, recursos hídricos, investigação, insumos e culturas alimentares.

A componente qualitativa consiste em trabalho de campo exploratório realizado nos distritos seleccionados da província da Zambézia, com o objectivo de mapear projectos de cooperação agrícola, caracterizar os seus mecanismos de implementação e recolher percepções locais sobre os seus efeitos e desafios. As actividades desenvolvidas incluíram: (1) identificação e levantamento de projectos activos e concluídos no Delta do Zambeze, abrangendo iniciativas financiadas por diferentes actores da cooperação internacional; (2) observação directa de infra-estruturas e equipamentos associados a intervenções agrícolas, como sistemas de irrigação, unidades de processamento e infra-estruturas de apoio à produção e comercialização; e (3) realização de entrevistas exploratórias não estruturadas com informantes-chave, incluindo técnicos distritais,

profissionais do sector agrícola e intervenientes ligados à implementação de projectos. As entrevistas tiveram um carácter flexível e aberto, permitindo captar narrativas, percepções e experiências relacionadas com a implementação dos projectos, os desafios enfrentados e os níveis de apropriação local das intervenções. Esta abordagem privilegiou a compreensão contextualizada das dinâmicas da cooperação agrícola, complementando a análise quantitativa dos fluxos de ajuda e contribuindo para uma interpretação mais crítica e situada dos resultados.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

a) Official Development Assistance (ODA) para o sector da agricultura

Gráfico 1. Evolução da ODA desembolsada todos os sectores e agricultura

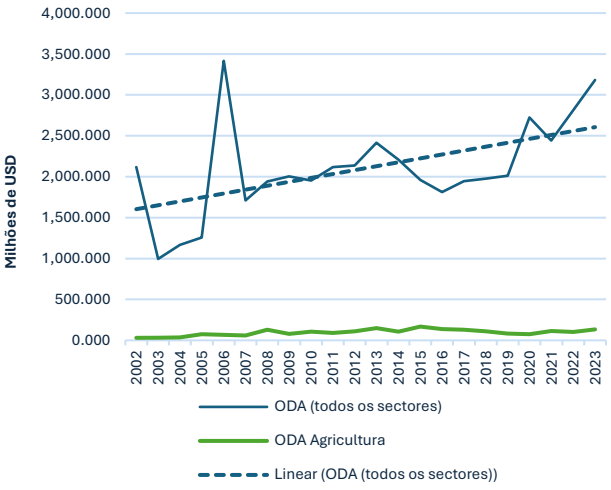
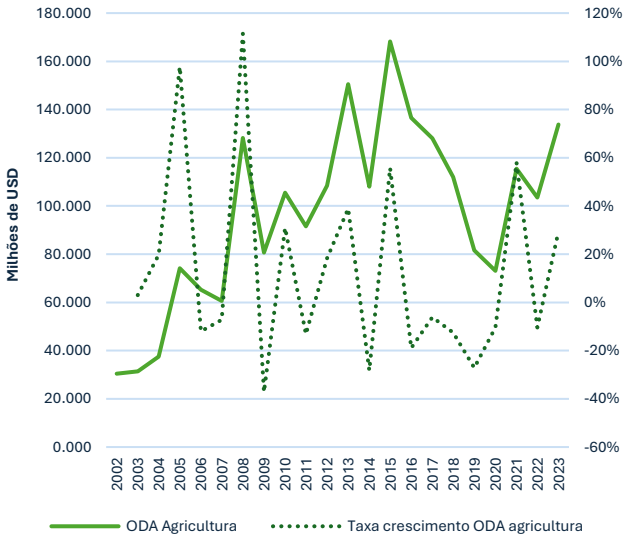


Gráfico 2. Evolução da ODA desembolsada para o sector da agricultura e taxa de crescimento da ODA para agricultura



Fonte: OECD.

Os gráficos 1 e 2 evidenciam as dinâmicas distintas da ODA em Moçambique entre 2002 e 2023. Em termos gerais, observa-se que, embora a agricultura constitua uma prioridade declarada nas políticas nacionais, o seu peso relativo no conjunto da ajuda foi reduzido e muito volátil.

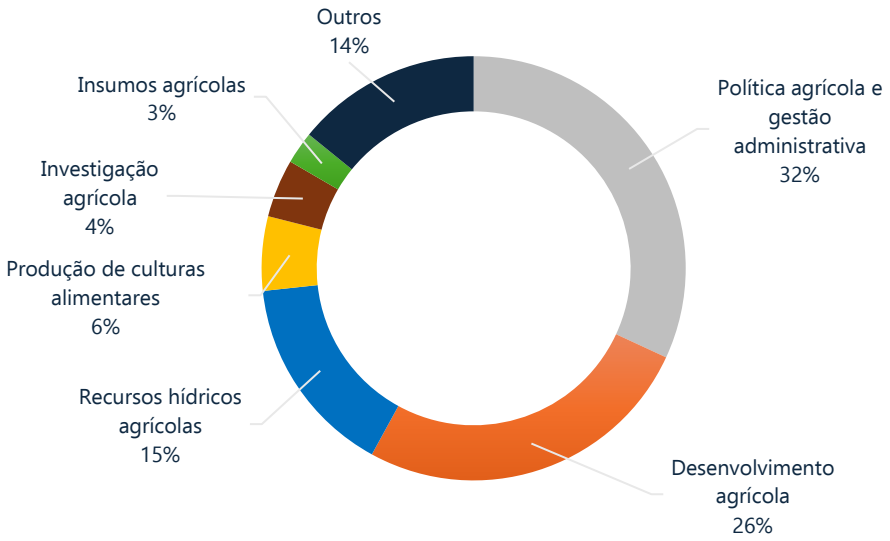
Analisando o gráfico 1, observa-se que a ODA total apresenta uma tendência moderadamente crescente ao longo das duas décadas analisadas, com oscilações que acompanham conjunturas políticas, económicas e humanitárias mais amplas, enquanto a ODA agrícola apresenta valores bastante inferiores aos da ajuda total.

Além disso, a ODA agrícola (ver gráfico 2) revela maior instabilidade que a ajuda total. Os picos de financiamento em meados da década de 2000, seguidos de um declínio acentuado por volta de 2015–2021, ilustram a natureza episódica e projectificada do

apoio ao sector. A volatilidade é ainda mais evidente quando se observa a taxa de crescimento anual: anos de forte expansão (superiores a 80% em alguns momentos) são imediatamente sucedidos por quedas igualmente bruscas, chegando mesmo a valores negativos que ultrapassam –40%. Esta oscilação limita a capacidade do Estado e dos actores agrícolas de planear investimentos de médio e longo prazo, fragilizando a continuidade das intervenções.

A divergência entre a estabilidade relativa da ODA total e a irregularidade da ODA agrícola sugere que o sector tem sido tratado de forma residual nas prioridades dos doadores, apesar do seu papel estratégico para o emprego rural e para a segurança alimentar. Tal padrão é coerente com críticas frequentes na literatura, que apontam para uma ajuda fragmentada, pouco sustentável e frequentemente condicionada por agendas externas (Killick *et al.*, 2005; Cabral *et al.*, 2007). A persistência desta instabilidade reforça os limites estruturais da cooperação internacional no sector agrícola, sobretudo num contexto em que Moçambique procura fortalecer capacidades internas e reduzir dependências externas.

Gráfico 3. ODA desembolsada por componente do sector da agricultura (1995-2023)



Fonte: OECD.

O gráfico evidencia como a ODA destinada à agricultura em Moçambique foi distribuída entre diferentes componentes ao longo de quase três décadas.

A categoria Política agrícola e gestão administrativa absorve 32% da ODA agrícola, constituindo o maior destino dos recursos alocados a este sector. Este padrão sugere que uma parte significativa da ajuda externa foi canalizada para funções administrativas, reformas institucionais, assistência técnica e processos de planificação, e não para investimentos produtivos capazes de transformar a base agrícola do país. Embora a

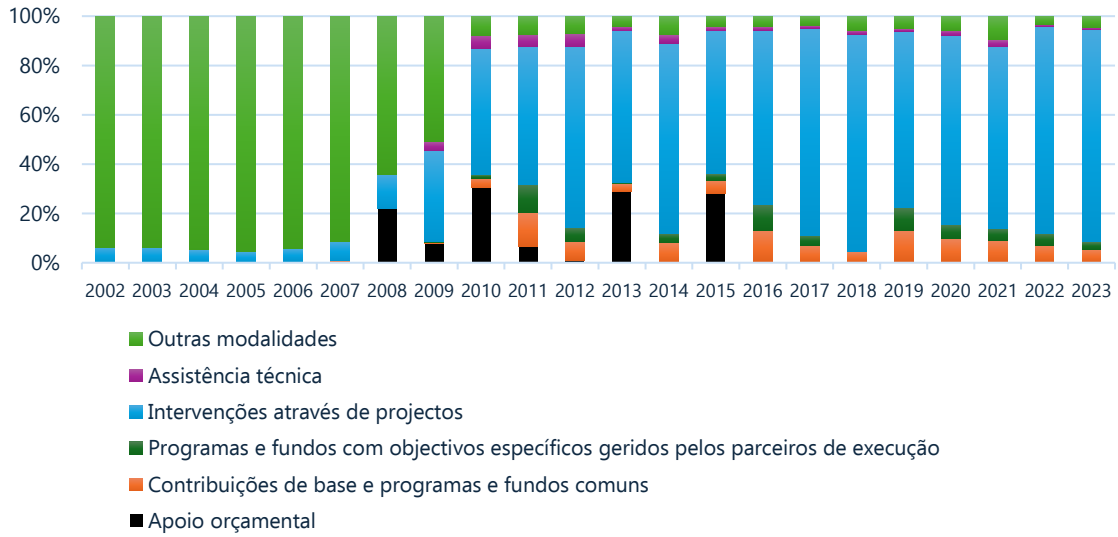
capacidade institucional seja importante, a predominância desta rúbrica pode indicar um modelo de cooperação excessivamente orientado para consultorias, programas de gestão e estruturas de governação definidas pelos doadores.

A segunda maior área intervencionada é o Desenvolvimento agrícola (26%), representando um contributo mais directamente ligado ao reforço de capacidades produtivas. De forma semelhante, o financiamento destinado a recursos hídricos agrícolas (15%) contribui para infra-estruturas essenciais, mas mantém-se limitado face às necessidades do país, sobretudo num contexto de elevada vulnerabilidade climática.

As componentes centrais para a transformação agrícola, como investigação agrícola (4%), insumos agrícolas (3%) e produção de culturas alimentares (6%), recebem proporções muito reduzidas da ODA. Esta escassez de investimento em inovação, tecnologias e produtividade explica, em parte, por que razão os ganhos estruturais no sector têm sido lentos e frágeis. A baixa priorização de investigação e insumos evidencia uma estratégia de financiamento com fraca incidência nas raízes do subdesenvolvimento agrícola, perpetuando dependências tecnológicas e produtivas.

Em síntese, o gráfico mostra que, apesar do volume considerável de ODA dirigida ao sector agrícola ao longo dos anos, a estrutura de alocação revela uma concentração em actividades administrativas e de gestão do Estado, enquanto áreas decisivas para o aumento da produtividade, inovação e resiliência agrícola permaneceram subfinanciadas. Esta distribuição evidencia limitações profundas nos modelos de intervenção adoptados e levanta questões sobre a eficácia e sustentabilidade da cooperação internacional no desenvolvimento agrícola de Moçambique.

Gráfico 4. ODA desembolsada por modalidade de financiamento no sector da agricultura



Nota: Outras modalidades, referem-se as outras categorias agrupadas pela autora, nomeadamente: (1) Apoio central a ONGs, outros organismos privados, PPPs e institutos de investigação; (2) Contribuições para mecanismos de financiamento de múltiplos doadores/entidade única; (3) Fundos comuns/financiamento agrupado; (4) Pessoal do país doador; (5) Outra assistência técnica; (6) Bolsas de estudo/formação no país doador; (7) Custos administrativos não incluídos noutros locais; (8) Não aplicável.
Fonte: OECD.

O gráfico 4 revela uma transformação profunda nas modalidades de financiamento da ajuda ao sector agrícola em Moçambique ao longo das últimas duas décadas, evidenciando uma tendência estrutural que reflecte, não apenas mudanças nas prioridades dos doadores, mas também dinâmicas mais amplas de governação e dependência.

Entre 2002 e 2009, verifica-se um predomínio quase absoluto na rúbrica outras modalidades, sugerindo um cenário fragmentado e pouco alinhado com estratégias nacionais. Esta predominância pode ser interpretada como expressão de um modelo de cooperação caracterizado pela fraca coordenação inter-doadores e existência de múltiplas iniciativas paralelas.

A partir de 2009–2023, observa-se uma inflexão significativa com o crescimento de modalidades de ajuda centrada em projectos passam a dominar quase integralmente a estrutura da ODA agrícola., configurando estruturalmente a dinâmica de ajuda agrícola predominantemente fragmentada entre projectos, normalmente de 1 e 5 anos (Nova, 2025; Flentø & Simão, 2020). Esta trajectória reforça a dependência operacional e institucional, fragiliza a capacidade estatal de planificação e compromete a coerência de políticas de longo prazo no sector. Este retorno à projectização assinala, não apenas o declínio da confiança política dos doadores, amplificado pelas revelações das dívidas ocultas e pela subsequente suspensão do apoio directo ao orçamento, mas também a reafirmação de um modelo de cooperação altamente verticalizado, em que os doadores retomam controlo directo sobre a execução e alocação dos recursos.

No período de 2008–2015, observa-se uma priorização, embora volátil por modalidades financiamento, por via do apoio orçamental e por via de contribuições, para programas comuns e fundos com objectivos específicos. Este período coincide com o auge dos esforços de harmonização e alinhamento no âmbito da Declaração de Paris (2005) e da Agenda de Acra (2008), quando Moçambique era frequentemente apresentado como caso exemplar de coordenação da ajuda (De Renzio & Hanlon, 2007). Contudo, a volatilidade observada, com oscilações abruptas no apoio orçamental e na assistência programática, demonstra a fragilidade dessa convergência, fortemente condicionada por factores políticos e por crises de confiança entre doadores e governo.

Em síntese, o gráfico evidencia que as modalidades de financiamento da ODA agrícola reflectem as tensões políticas, institucionais e geoestratégicas da cooperação em

Moçambique. A evolução de uma fragmentação inicial, passando por um breve período de alinhamento, até ao retorno a projectos isolados, demonstra a dificuldade em consolidar mecanismos de ajuda mais coordenados, sustentáveis e que reforcem efectivamente o *ownership* nacional, uma contradição central das políticas de desenvolvimento no contexto moçambicano.

b) Caso de estudo: Projectos e intervenções nas últimas décadas (cidade de Quelimane, Nicoadala, Mopeia e Marromeu)

Em conjunto, a análise dos fluxos, da composição e das modalidades da ODA para o sector agrícola revela um padrão consistente marcado por volatilidade, fragmentação e forte orientação para projectos, com implicações directas na capacidade de planificação e na sustentabilidade das intervenções. Contudo, estas tendências, observadas a um nível agregado, não permitem apreender plenamente como tais dinâmicas se materializam nos territórios e são experienciadas pelos actores locais. Torna-se, por isso, necessário complementar esta leitura macro com uma análise situada, que permita compreender de que forma os modelos de financiamento, as prioridades dos doadores e as lógicas institucionais se traduzem em práticas concretas, resultados e limitações no terreno. É neste contexto que se introduz o estudo de caso do Delta do Zambeze, que oferece uma lente empírica privilegiada para examinar a operacionalização da ajuda externa no sector agrícola e as suas implicações ao nível local.

O Delta do Zambeze constitui um dos territórios mais notáveis para a análise das trajectórias da cooperação internacional no sector agrícola em Moçambique. Historicamente marcado por sucessivas intervenções de investimento externo, intervenções estatais e projectos de desenvolvimento, este território tornou-se um espaço onde se sobrepõem diferentes modelos de cooperação, modernização agrícola e interesses económicos, políticos e ambientais. A elevada concentração de iniciativas financiadas por doadores internacionais, bancos multilaterais, agências de cooperação bilateral e actores privados faz do Delta um caso particularmente importante das dinâmicas que têm moldado o desenvolvimento rural no país.

Com base na visita exploratória realizada, foi possível identificar e agrupar as principais intervenções implementadas neste território ao longo das últimas décadas no âmbito da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda externa. Estas intervenções revelam, não apenas a diversidade de actores e instrumentos mobilizados, mas também os padrões recorrentes de actuação que caracterizam a presença da cooperação internacional no sector agrícola moçambicano (Quadro).

Quadro. Principais intervenções nos distritos seleccionados

Distritos	Áreas de intervenção	Origem do Capital	Observações
Quelimane	Areias pesadas	Chinês	Exploração feita próximo a costa, factor que tem gerado desconfiança entre a população próxima das áreas de exploração, um risco de futuros potenciais conflitos de terra e problemas ambientais.
	Estradas e infra-estruturas	USA	Programa COMPACT I e II da Millennium Challenge Cooperation,
	Protecção da costa e recursos marinhos	Governo moçambicano; Cooperação Alemã (GIZ); Banco Mundial	Projectos como Biofund, COMPACT II da Millennium Challenge Cooperation e ProAzul – economia azul.
	Equipamentos e maquinarias agrárias	Governo moçambicano e Banco Mundial	SUSTENTA
	Ecossistemas e florestas	Emirados Árabes Unidos e USA	Captação de carbono através de mangais pelo Projecto MozBlue da Blue Forest e COMPACT II da Millennium Challenge Cooperation
Nicoadala	Infra-estruturas de irrigação	Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD),	Investimentos na reabilitação de regadios através do projecto PROIRRI/IRRIGA
	infra-estrutura de processamento	GAPI/ORAM	Reabilitação de uma fábrica de arroz, em que a mesma possui problemas de funcionamento.
	Insumos agrícolas	Diversos	Intervenções esporádicas de diferentes países, principalmente ocidentais, para fornecimento de insumos agrícolas e transferência de tecnologia (cooperação de *aspirina*).
	Equipamentos e maquinarias agrárias	Governo moçambicano e Banco Mundial	SUSTENTA
Mopeia	Infra-estruturas de irrigação	Governo moçambicano e Banco Mundial	Reabilitação do mesmo regadio por 3 vezes, no âmbito do programa PROIRRI/IRRIGA. Sendo que dos 4 regadios no distrito, apenas 1 está em

			funcionamento, mas não é sustentável.
	Equipamentos e maquinarias agrárias	Agência do Vale Zambeze	Fornecimento de equipamentos e materiais agrícolas
	Insumos e extensão agrícolas	Japão/JICA e Governo de Moçambique	No âmbito do programa PROAPA, forneceu pequenas máquinas de descasque e capacitação em técnicas e tecnologias de produção de arroz
	Armazenamento	Caritas	Construção de armazéns para associação de camponeses
Marromeu	Produção e processamento de açúcar	Multinacional francesa Tereos Internacional, através da sua divisão brasileira Açúcar Guarani	Investimento privado
	Ajuda humanitária	Diversos	Principalmente após o ciclone Freddy que afectou significativamente o distrito
	Equipamentos e maquinarias agrárias	Governo moçambicano e Banco Mundial	SUSTENTA

Fonte: Dados colectados pela autora na visita exploratória.

A leitura integrada das intervenções registadas nos distritos revela um padrão de cooperação marcado por forte heterogeneidade e pela coexistência de múltiplos programas que operam segundo lógicas próprias, frequentemente pouco articuladas entre si. O que se observa não é apenas a diversidade de financiadores e modalidades de apoio, mas, sobretudo, uma configuração de ajuda que se desenrola de forma fragmentada, com iniciativas que começam e terminam no território sem consolidar uma visão estratégica de longo prazo. Este cenário já foi amplamente identificado na literatura sobre a cooperação em Moçambique, e as informações recolhidas durante o trabalho de campo confirmam ser uma característica estrutural da cooperação no sector agrícola.

Uma primeira dimensão que se destaca é a dispersão de intervenções, que vão desde reabilitações sucessivas de regadios, programas de sementes e insumos, projectos de emergência, assistência técnica, apoio institucional e investimentos privados, até iniciativas orientadas para cadeias de valor específicas. Esta multiplicidade, mais do que reflectir dinamismo, evidencia a ausência de uma coordenação robusta entre financiadores e instituições nacionais. Do ponto de vista dos agricultores, essa fragmentação traduz-se na ´chegada´ de projectos que, embora anunciados como destinados aos mais pobres, raramente alcançam os pequenos produtores. Os relatos no terreno apontam para uma percepção generalizada de que muitos programas acabam

capturados por intermediários, por agricultores médios ou por grupos com maior influência política, fenómeno que aprofunda desigualdades já enraizadas. Assim, mesmo quando a retórica oficial sublinha o compromisso com a inclusão e a redução da pobreza, a prática tende a favorecer quem já dispõe de recursos, contactos ou capacidade para responder às exigências dos projectos.

Paralelamente, observa-se que parte significativa das intervenções prioriza modelos de modernização agrícola orientados para a produção empresarial, uso intensivo de insumos externos e estabelecimento de parcerias público-privadas.

A literatura tem sublinhado como esse tipo de modernização, quando imposto externamente, tende a distanciar-se das dinâmicas locais e a negligenciar formas tradicionais de produção, o que é confirmado pelos agricultores que sentem que *"os projectos vêm com o nome dos camponeses, mas não são para os camponeses*". Essa dissociação também se manifesta na forma como determinadas infra-estruturas, como regadios, são reabilitadas repetidas vezes sem assegurar a manutenção, a gestão local ou a fonte energética, tornando-se vulneráveis a vandalização, cheias ou longos períodos de inoperância.

Outro elemento importante é o modo como a cooperação tem alimentado relações de dependência institucional. Nos distritos visitados, as intervenções essenciais para a produção, desde sistemas de irrigação até equipamentos básicos, permanecem activas apenas enquanto existe financiamento externo para garantir manutenção, energia ou assistência técnica. Quando os projectos terminam, os equipamentos rapidamente se degradam ou deixam de ser utilizados. A situação observada nos regadios reabilitados mais de uma vez ao longo de poucos anos ilustra bem essa fragilidade: as estruturas ficam à mercê de eventos climáticos extremos, mas também da ausência de estratégias de gestão que ultrapassem o horizonte do próprio projecto.

A presença crescente de investimentos privados e de actores associados à Cooperação Sul–Sul introduz uma camada adicional de complexidade. Se, por um lado, alguns destes intervenientes oferecem apoio concreto, como sementes, fertilizantes ou cobertura de custos energéticos. Por outro lado, a sua actuação nem sempre é transparente nem suficientemente regulada. As comunidades reconhecem benefícios, mas também manifestam receios quanto à pressão sobre as terras, à prioridade dada a culturas comerciais e à possibilidade de estes investimentos aprofundarem desigualdades internas. Tal ambivalência reflecte a natureza híbrida deste "novo" modelo de cooperação, que combina narrativas de solidariedade com objectivos comerciais e interesses estratégicos, como tem sido discutido na literatura sobre a evolução da cooperação Sul–Sul.

Por fim, uma questão transversal identificada nos relatos dos produtores é o desfasamento entre aquilo que é reportado nos documentos oficiais e o que efectivamente ocorre nas comunidades. Nos distritos visitados, os agricultores referem

que relatórios institucionais descrevem resultados positivos que não correspondem à realidade vivida, o que gera risco de perda de parcerias e oculta problemas persistentes, como insegurança alimentar, baixos rendimentos e falta de acesso a insumos. Esta tensão revela um sistema interno orientado mais para a prestação de contas vertical aos financiadores do que para a *accountability* horizontal perante os seus supostos beneficiários, confirmando críticas feitas por diversos autores que alertam para os vieses de um modelo de ajuda centrado na lógica dos doadores.

Em conjunto, os elementos analisados mostram que, apesar da diversidade e amplitude das intervenções registadas, o sector agrícola continua a ser marcado por desigualdades estruturais, frágil apropriação local e limitada articulação entre prioridades nacionais e agendas externas. Os impactos positivos que surgem são, na maioria das vezes, fruto de intervenções que envolveram directamente associações locais, tecnologias apropriadas e participação efectiva dos produtores no processo de decisão. Contudo, estes casos permanecem excepções num universo dominado por projectos de curta duração, exigências administrativas desproporcionadas e modelos tecnocráticos que nem sempre dialogam com as realidades rurais. O quadro geral confirma, assim, que o desafio central não reside apenas na quantidade de ajuda investida, mas sobretudo na forma como esta é concebida, operacionalizada e integrada nas estruturas institucionais e produtivas locais.

As conclusões do Banco Mundial (2023) acrescentam uma série de factores importante à compreensão do quadro de cooperação agrícola no país, confirmando a persistência de um padrão de intervenção amplo, mas com impactos pouco mensuráveis sobre a produtividade. O relatório indica que, ao longo do período 2008–2021, a actuação da instituição evoluiu de um enfoque inicial em tecnologia agrícola, irrigação e reforço institucional para um leque muito mais diversificado de áreas, incluindo gestão florestal, administração de terras e estradas rurais. Essa expansão demonstra, por um lado, a tentativa de responder a constrangimentos estruturais amplos do sector, mas, por outro, expõe uma tendência já observada noutras intervenções: a diluição do foco e a multiplicação de componentes, frequentemente sem uma articulação interna coerente.

Do ponto de vista crítico, essa dispersão temática ilustra um dos dilemas centrais da cooperação em Moçambique: programas robustos em termos financeiros e de cobertura geográfica que nem sempre se traduzem em transformações significativas ao nível dos sistemas produtivos. O mesmo relatório do Banco Mundial reconhece que, apesar do volume de investimentos e da variedade de intervenções, não há evidências sólidas de aumento da produtividade agrícola nas províncias apoiadas, sendo a província da Zambézia uma das principais beneficiárias. O relatório do Banco Mundial dialoga directamente com o testemunho dos agricultores e com o padrão de fragilidade institucional observado durante o trabalho de campo.

Assim, quando contextualizadas com as evidências recolhidas nas entrevistas e com a literatura sobre a cooperação no sector agrícola, as conclusões do Banco Mundial tornam visível uma contradição recorrente: um sistema de ajuda que identifica correctamente os obstáculos, mas que, na prática, oferece respostas fragmentadas, dependentes de ciclos de financiamento e insuficientes para alterar de forma sustentada as condições de produção. Isto não decorre de falta de recursos, mas da prevalência de modelos de intervenção pouco enraizados nos contextos locais e excessivamente dependentes de estruturas externas de execução.

De forma geral, o reconhecimento explícito de um dos principais financiadores da ausência de ganhos de produtividade reforça a necessidade de repensar profundamente a lógica da cooperação no sector agrícola, privilegiando abordagens de longo prazo, maior apropriação local, transparência e mecanismos que articulem melhor investimentos físicos com os desafios sociais, institucionais e organizacionais que atravessam o campo moçambicano.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A análise dos dados quantitativos da ajuda ao desenvolvimento, da literatura especializada e dos relatos recolhidos da viagem exploratória revela um padrão consistente: o sector agrícola moçambicano tornou-se, ao longo das últimas três décadas, um espaço profundamente condicionado pela presença externa, marcado por dependências persistentes, intervenções fragmentadas e uma sucessão de intervenções que, embora numerosas, não se traduziram em mudanças estruturais. A ODA destinada à agricultura foi substancial e continuou o pós-guerra, mas não gerou o fortalecimento institucional que se esperaria de um investimento tão prolongado. Ao contrário, a proliferação de projectos, cada um guiado por prioridades próprias, contribuiu para enfraquecer as capacidades estatais de planeamento e coordenação de longo prazo. Este diagnóstico tem sido destacado por vários autores e confirma-se agora empiricamente.

No trabalho de campo, tornou-se evidente a coexistência de iniciativas desconectadas entre si e pouco articuladas com os instrumentos nacionais de planificação. Não é incomum encontrar infra-estruturas construídas ou reabilitadas, sistemas de irrigação, armazéns, unidades de processamento que permanecem subutilizadas devido à ausência de modelos de gestão, de assistência técnica contínua ou de integração nas cadeias de valor. Falhas de manutenção repetem-se, obrigando à reabilitação sucessiva das mesmas infra-estruturas, como sucede com alguns regadios na Zambézia, revelando a fragilidade de intervenções concebidas para ciclos curtos de financiamento, mas sem mecanismos duradouros de sustentabilidade.

A partir dos anos 2000, a entrada de novos actores, sobretudo Brasil e China, alterou parcialmente o panorama, introduzindo uma lógica mais próxima de investimentos público-privados e de transferência tecnológica orientada para a modernização produtiva. Contudo, esta mudança não rompeu com os desafios herdados; antes,

acrescentou novas tensões entre modelos agrícolas e as práticas e expectativas das comunidades rurais. Programas ambiciosos, como o ProSavana, exemplificam este descompasso: embora concebidos como impulsionadores de transformação, foram intensamente contestados por associações agrícolas, organizações da sociedade civil e comunidades locais. A forte resistência que emergiu reflecte uma desconfiança crescente em relação a intervenções que não dialogam com as prioridades locais, nem reconhecem as desigualdades de acesso à terra, ao crédito e à informação que moldam a produção agrícola no país.

A fragmentação é um outro aspecto estrutural que se observa, tanto na literatura, quanto a partir dos resultados empíricos. Nos distritos visitados, observam-se intervenções de instituições multilaterais, doadores bilaterais, projectos governamentais e iniciativas privadas que operam lado a lado, mas raramente articuladas. Esses projectos tendem a duplicar esforços, divergir em metodologias e acabam por criar intervenções separadas e com impacto territorial desigual. Certas áreas tornam-se centros de investimento devido à sua localização estratégica ou ao peso político das suas lideranças locais, enquanto outras permanecem à margem dos fluxos de apoio, reproduzindo desigualdades internas e fragilizando comunidades já vulneráveis.

Esta assimetria territorial é reforçada por processos de selecção de beneficiários que frequentemente privilegiam grupos com maior capital social ou proximidade institucional. As informações recolhidas nas entrevistas indicam que os projectos anunciados como destinados aos "camponeses mais pobres" acabam, muitas vezes, por beneficiar agricultores médios, funcionários locais ou indivíduos ligados a redes de influência. Esse padrão de captura parcial, longe de ser pontual, revela um problema mais amplo de governança e de transparência que afecta a distribuição da ajuda e, em última instância, compromete a sua legitimidade.

As tensões entre prioridades nacionais e agendas externas continuam a marcar profundamente a trajectória da ODA para o sector. Embora tenham existido tentativas de construção de visões estratégicas, como a Agenda 2025, estas tiveram impacto limitado na forma como a ajuda foi operacionalizada. Diversos técnicos entrevistados referiram que a participação das instituições estatais na definição dos projectos é frequentemente simbólica, resultando em intervenções que chegam desenhadas de fora e que, depois, são adaptadas apenas superficialmente ao contexto local. Esse desalinhamento produz projectos tecnicamente sólidos, mas politicamente frágeis, com baixa apropriação e pouca continuidade após o fecho do financiamento.

A avaliação recente do Banco Mundial (2023) acrescenta um elemento crucial a esta discussão. Apesar de mais de uma década de apoio em várias áreas, como irrigação, adopção de tecnologia, fortalecimento institucional, administração de terras e estradas rurais, o próprio Banco reconhece que não há evidências concretas de aumento significativo da produtividade agrícola nas províncias apoiadas, da qual a Zambézia faz parte.

No conjunto, o que emerge desta análise integrada é um sector agrícola que continua dependente da ajuda externa, mas onde os obstáculos ao desenvolvimento não são apenas financeiros; são, sobretudo, institucionais, organizacionais e políticos. A ausência de articulação entre intervenções, a fragilidade dos mecanismos públicos de coordenação, a captura dos benefícios por grupos específicos e a incapacidade de garantir continuidade para além dos ciclos de financiamento impedem que os investimentos produzam efeitos duradouros. A modernização agrícola permanece, assim, como promessa recorrente, mas de realização parcial e desigual.

As implicações destes resultados são relevantes, tanto do ponto de vista académico, como político. Em termos analíticos, o estudo reforça a necessidade de ultrapassar leituras simplistas que associam volume de ajuda a resultados de desenvolvimento, sublinhando a centralidade das dimensões institucionais, políticas e territoriais. Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados sugerem que o desafio central não reside apenas em mobilizar mais recursos, mas em reformular profundamente os modelos de intervenção, privilegiando coordenação efectiva, alinhamento com prioridades nacionais, fortalecimento de capacidades locais e mecanismos de *accountability* que incluam os beneficiários.

Estes resultados abrem espaço para uma agenda de investigação futura. Torna-se necessário aprofundar análises comparativas entre regiões e tipologias de intervenção, de modo a identificar condições sob as quais a ajuda pode gerar impactos mais sustentáveis. Adicionalmente, estudos longitudinais que acompanhem projectos para além do seu ciclo de financiamento poderiam oferecer evidência mais robusta sobre os factores que condicionam a sua continuidade. Finalmente, uma maior atenção às dinâmicas de poder a nível local, incluindo processos de selecção de beneficiários, mediação institucional e captura de recursos, poderá contribuir para compreender melhor por que razão as intervenções concebidas para reduzir a pobreza acabam, frequentemente, por reproduzir desigualdades.

No seu conjunto, o artigo demonstra que a persistência de baixos níveis de produtividade e de vulnerabilidade no sector agrícola moçambicano não pode ser explicada pela escassez de ajuda, mas pela forma como esta é estruturada, distribuída e operacionalizada. Mais do que um problema de quantidade, trata-se também de um problema de configuração institucional e política da própria ajuda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahamsson, H. & Nilsson (1994). Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Tradução de Dulce Leiria. Edição 1, Maputo, CEGRAF,

- Abreu, A. F. S. S. D. (1999). O reajustamento estrutural e o seu impacto em Moçambique-1982-1997: uma abordagem histórica. Monografia submetida para obtenção do grau de Licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras.

- Adam, Y. et al. (1991). Aid under fire an evaluation of the Mozambique-Nordic Agricultural Programme (MONAP) . SIDA Evaluation

- Al Mokdad, A. (2025). The Aid Industrial Complex: Analyzing Power Structures, Dependency Dynamics, and Reform Pathways in a Disrupted Global Order. Dependency Dynamics, and Reform Pathways in a Disrupted Global Order (July 26, 2025).

- Amanor, K. S., & Chichava, S. (2016). South–south cooperation, agribusiness, and African agricultural development: Brazil and China in Ghana and Mozambique. World Development, 81, 13-23.

- Bauer, P., (1972). *Dissent on Development*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

- Bebbington, A. (2005). Donor–NGO relations and representations of livelihood in nongovernmental aid chains. World Development, 33(6), 937–950. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2004.09.017

- Beula, E. (2020). O país vai ficar insustentável. Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD). Policy Update, N.30. Maputo.
- Bowen, M. L. (1992). Beyond Reform: Adjustment and Political Power in Contemporary Mozambique. The Journal of Modern African Studies, 30, pp 255-279 doi:10.1017/S0022278X00010715

- Cabral, L.; Shrivastava, A. & Muendane, C. (2007). Formulating and Implementing Sector-wide Approaches in Agriculture and Rural Development: The National Programme of Agrarian Development (PROAGRI) – Mozambique. Global Donor Platform for Rural Development,

- Caixote, C. B., Pota, P. M., Molokwane, T., & Mothusi, B. (2023). Sectoral analysis of youth employment creation in Mozambique, 2010–2018. Journal of Public Administration and Development Alternatives, 8(2). https://doi.org/10.55190/jpada.2023.8.243

- Carrilho, João Z.; Ferreira, Ines A.; Ribeiro, Rui N.; Tarp, Finn (2021). The relative neglect of agriculture in Mozambique. WIDER Working Paper, No. 2021/135. Doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2021/075-7.

- Castel-Branco, C., N. (2011). Dependência de ajuda externa, acumulação e ownership contribuição para um debate de economia política. Desafios para Moçambique 2011. IESE. In: De brito et al. (2011). Desafios para Moçambique 2011. IESE.

- Castel-Branco, N. (2011). Dependência de ajuda externa, acumulação e ownership. Cadernos IESE, N°7, IESE. Maputo.

- Castel-Branco, N. (2011). Dependência de ajuda externa, acumulação e ownership. Cadernos IESE, N°7, IESE. Maputo.

- Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Lixia, T., & Yue, Z. (2013). Brazil and China in Mozambican agriculture: Emerging insights from the field. ids Bulletin, 44(4), 101-115.

- De Renzio, Paolo; Hanlon, Joseph (2007) : Contested sovereignty in Mozambique: The dilemmas of aid dependence, GEG Working Paper, No. 2007/25, University of Oxford, Global Economic Governance Programme (GEG), Oxford

- Dietz, J. L. (1980). Dependency Theory: A Review Article. Journal of Economic Issues, 14(3), 751–758. doi:10.1080/00213624.1980.11503774 .

- Dietz, J. L. (1980). Dependency theory: a review article. Journal of Economic Issues, 14(3), 751-758.

- Easterly, W. & Roodman, D. (2004). New Data, New Doubts: A Comment on Burnside and Dollar's 'Aid, Policies, and Growth, *American Economic Review*. Vol. 94 (June), pp. 774–780(7).

- Fentahun, G. (2023). Foreign aid in the post-colonial Africa: Means for building democracy or ensuring Western domination?. Cogent Social Sciences, 9(1), 2241257.

- Flentø, J. & Simao, L., S. (2020). Donor relations and sovereignty. WIDER Working Paper 2020/135.

- Flentø, J., & Simão, L. S. (2020). Relações com os doadores e soberania. WIDER, Working Paper 2020/135

- Friedman, M., (1958). Foreign Economic Aid: Means and Objectives. *Yale Review*, Vol. 47, No. 4, p. 500.

- Friedmann, H., & Wayne, J. (1977). Dependency Theory: A Critique. Canadian Journal of Sociology / Cahiers Canadiens de Sociologie, 2(4), 399. doi:10.2307/3340297

- Graham, L. S. (1993). The dilemmas of managing transitions in weak states: the case of Mozambique. Public Administration and Development, 13(4), 409-422.

- Grupo Moçambicano da Divida (2006). Dívida Externa e Interna de Moçambique: Evolução, Desafios e Necessidade de uma Estratégia Consistente e Inclusiva. Moçambique.

- Hanlon, J. (2004). Do donors promote corruption?: the case of Mozambique. Third World Quarterly, 25(4), 747–763. doi:10.1080/0143659041000167.

- Hodges, T. & Tibana, R. (2004). Political Economy of the Budget in Mozambique. Principia, Cascais.

- Instituto Nacional de Estatística. (2023). Inquérito sobre orçamento familiar – IOF 2022: Relatório final. Moçambique.

- Jones, S., & Tarp, F. (2016). Does foreign aid harm political institutions?. Journal of Development Economics, 118, 266-281.

- Kabonga, I. (2016). Dependency theory and donor aid: a critical analysis. Africanus: Journal of Development Studies, 46(2), 29-39.

- Killick, T.; Castel-Branco, C., N. & Gerster, R. (2005). Perfect Partners? The performance of Programme Aid Partners in Mozambique, 2004. A report to the Programme Aid Partners and Government of Mozambique.

- Kragelund, P. (2015). Towards convergence and cooperation in the global development finance regime: closing Africa's policy space?. Cambridge Review of International Affairs, 28(2), 246-262.

- Lensink, R. & White, H. (1999). Aid dependence: Issues and indicators. Expert Group on Development Issues. n.2, Sweden.

- Lensink, R., & White, H. (1999). Dependência da ajuda. Questões e indicadores. Grupo de Peritos sobre a Questão do Desenvolvimento (EGDI).

- Love, J. L. (1990). The origins of dependency analysis. Journal of Latin American Studies, 22(1-2), 143-168.

- Mahoney, J. & Rodríguez-Franco, D. (2016). Dependency Theory. In: Lancaster, C. & Van de Walle, N. (2018). Eds. Oxford Handbook on the Politics of Development. Oxford: Oxford University Press, forthcoming.

- Mahoney, J., & Rodríguez-Franco, D. (2016). Dependency Theory. Oxford Handbooks online. doi:10.1093/oxfordhb/9780199845156.013.13

- MATSIMBE, H. E. (2023). EMERGÊNCIA DE ONG´ S INTERNACIONAIS EM MOÇAMBIQUE, 1983-2000. Tensões Mundiais, 19(39), 231-251.

- Mawdsley, E. (2015). Development geography 1: Cooperation, competition and convergence between 'North' and 'South'. Progress in Human Geography. http://dx.doi.org/10.1177/0309132515601776 [Sage Journal Online, 0309132515601776, first published on August 27].

- Mikesell, R., F. (1968). The Economics of Foreign Aid. London: Weidenfeld and Nicolson.

- Mitlin, D., Hickey, S., & Bebbington, A. (2007). Reclaiming development? NGOs and the challenge of alternatives. World Development, 35(10), 1699–1720. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2006.11.005

- Mole, P., & Popat, M. (2024). The changing agricultural landscape in developing sub-Saharan countries: Is there a transformation or a crisis? Evidence built from Mozambique. Journal of Development and Agricultural Economics. Vol. 16(4), pp. 122-134. DOI: 10.5897/JDAE2023.1426

- Monjane, B., & Bruna, N. (2018). Between populist rhetoric of market-oriented agricultural development and rural resistance in Mozambique. In ERPI 2018 International Conference: Authoritarian Populism and the Rural World (pp. 1-19). ERPI.

- Monjane, Boaventura (2016), Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica, Cadernos CERU, 27 (2), 144-155

- Mosca, J. (1999). A experiência socialista de Moçambique (1975-1986). Instituto Piaget, Lisboa.

- Mosca, J. (2005). Economia de Moçambique do seculo XX. Instituto Piaget, Lisboa.

- Mosca, J. (2011). Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009). Editora Escolar. Maputo

- Mosca, J. (2015). Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e políticas. Observador Rural, Nº 24. Observatório do Meio Rural.

- Mosca, J. & Nova, Y. (2019). Agricultura: assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique. Observador Rural, N° 80. Observatório do Meio Rural (OMR). Maputo

- Moyo, Dambissa (2010). Dead aid: why aid is not working and how there is another way for Africa. Penguin books. New York, USA

- Niño, H., P. e Le Billon, P. (2014). Foreign Aid, Resource Rents, and State Fragility in Mozambique and Angola. The Annals of the American Academy. AAPSS, 656. DOI: 10.1177/0002716214544458

- Nipassa, O. (2009). Ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique: Uma perspectiva crítica. In II Conferência IESE. Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação econômica em Moçambique.

- Niyonkuru F*(2016). Failure of Foreign Aid in Developing Countries: A Quest for Alternatives. Business and Economics Journal. DOI: 10.4172/2151-6219.1000231

- Nova, Y. (2025). Cooperação internacional (ajuda externa) no sector agrário em moçambique: por que os projectos de desenvolvimento falham? Uma abordagem teórica. Destaque Rural Nº 338. Observatório do Meio Rural, Maputo

- Oppenheimer, J. (2006). Moçambique na era do ajustamento estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza. Lisboa: IPADE.

- Pankaj, A. K. (2005). Revisiting Foreign Aid Theories. International Studies. 42(2), 103–121. DOI:10.1177/0020881704042002.

- Plank, D. N. (1993). Aid, Debt, and the End of Sovereignty: Mozambique and Its Donors. The Journal of Modern African Studies, 31(03), 407. doi:10.1017/s0022278x00012015

- Quartapelle, Lia (2011). Mozambique: the challenge of fighting external dependence, between aid and hydrocarbons. Instituto Per Gli Studi di Politica Internazionale. ISPI – Analysis.

- Radelet, S.; Clemens, M. & Bhavnani, R. (2006). Aid and Growth: The Current Debate and Some New Evidence. International Monetary Fund. Report 1991/1, Agriculture, Mozambique.

- Scoones, I., Amanor, K., Favareto, A., & Qi, G. (2016). A new politics of development cooperation? Chinese and Brazilian engagements in African L http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.020

- Shenoy, B., R. (1974). Aid and India´s Food Problem. Delhi: Affiliated East-West Press Pvt. Ltd.

- Sturm, M., Strasky, J., Adolf, P., & Peschel, D. (2008). The Gulf Cooperation Council countries–economic structures, recent developments and role in the global

economy. ECB Occasional Paper, No. 92, European Central Bank (ECB), Frankfurt a. M.

- The World Bank Group (2023). International bank for reconstruction and development international development association international finance corporation multilateral investment guarantee agency country partnership framework for the republic of Mozambique for the period FY23-FY27. The World Bank Group

- World Bank. 2023. The World Bank Group in Mozambique, Fiscal Years 2008–21. Country Program Evaluation. Independent Evaluation Group. Washington, DC: World Bank.

- Zanella, M. A., & Milhorance, C. (2016). Cerrado meets savannah, family farmers meet peasants: The political economy of Brazil's agricultural cooperation with Mozambique. Food Policy, 58, 70-81. doi.org/10.1016/j.foodpol.2015.12.006

- Zavale, H., Mlay, G., Boughton, D., Chamusso, A., Gemo, H. R., & Chilonda, P. (2011). The structure and trends of public expenditure on agriculture in Mozambique.

- Zhang, C. (2018). "Aid + Investment": The Sustainable Development Approach of China's Agricultural Aid Project in Mozambique. South-South Cooperation and Chinese Foreign Aid, 211–231. doi:10.1007/978-981-13-2002-6_14

Patrocinadores:

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org